

Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

Carta Aberta à Academia

Na sequência do agendamento, para quinta-feira, dia 28, na Assembleia da República, da discussão e votação na generalidade da proposta de lei do Governo relativa ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL) vem reiterar a sua preocupação e discordância em relação a importantes aspectos deste novo Regime.

Impõe-se uma reforma do Ensino Superior português, pelo que a AAFDL aplaude a iniciativa do Governo em legislar sobre esta matéria, não obstante considerar que o momento escolhido – a época de exames agora em curso – e a celeridade de todo o processo não são ingénuos: **os estudantes querem e têm direito de participar na discussão do seu futuro!**

Apesar do louvor à acção legislativa, não podemos deixar de repudiar aspectos fundamentais e específicos desta proposta de RJIES, salientando-se:

- O retrocesso de direitos, liberdades e garantias dos estudantes, designadamente pela diminuta representatividade no Conselho Geral;
- A nomeação do Reitor, ao invés da sua eleição;
- A possibilidade de transformação das faculdades em fundações públicas de Direito privado, que lhes permite o desmembramento face à Universidade;
- A violação do princípio da autonomia universitária, consagrada constitucionalmente.

Deste modo, a AAFDL, profundamente ciente do seu passado histórico e papel no movimento associativo nacional, em colaboração com outras Associações Académicas e de Estudantes e no seguimento do enorme contributo prestado para a discussão pública do documento, participará em diversas acções de contestação, culminando com uma **vigília na Assembleia da República, na quarta-feira, às 19h30.**

Assim, a AAFDL apela à participação de todos nestas acções, dando continuidade à importante contribuição que a Faculdade de Direito de Lisboa sempre deu ao país.

Faculdade de Direito, 24 de Junho de 2007